



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004845-87.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão - Liminar**
 Requerente: **Elisabeth Marçal dos Santos Silva e outro**
 Requerido: **Samantha Bredarioli e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de ação de busca e apreensão formulada por **E M dos S S** e seu filho, **V H Q** (22/05/2007), em face de **S B, A H Q C e M J Q**. Segundo os autores, as rés vêm dificultando o acesso à documentação do genitor (falecido) do menor, o que inviabiliza a efetivação do pedido de pensão alimentícia por morte junto ao INSS, fls. 01/09. Juntou documentos, fls. 12/27.

Às fls. 33/34, r. Decisão que concedeu a liminar.

Às fls. 44, as requeridas depositaram os documentos mencionados em cartório.

Às fls. 98/101, contestação, alegou, em resumo, que o falecido estava separado da autora. Juntou documentos, fls. 102/119.

Às fls. 123/124, replica.

Às fls. 128/130, manifestação do Ministério Público, pela parcial procedência.

É o relatório.

Decido.

Defiro a gratuidade aos autores.

O pedido de busca e apreensão é procedente e atendeu sua finalidade, pois os documentos, depois de deferida a liminar, foram entregues em cartório, fls. 44/45.

Restou provado que tais documentos estavam retidos e na posse das requeridas, ainda que sem dolo, ao que tudo indica, pelas razões trazidas na contestação, sendo que a medida se mostrou necessária e eficaz.

Por outro lado, a disputa pela herança não deve ocorrer nestes autos, sendo, indevida, ainda, a expedição dos ofícios requeridos pelas requeridas e, ainda, indevida a discussão acerca de eventual saque de fundo de garantia, fls. 124, questões estas que deverão ser objeto de ação própria.

Outrossim, ainda que possa ser discutida em ação própria a condição da requerente, o fato é o requerente é filho do falecido, portanto, de rigor a entrega aos autores dos documentos apresentados em cartório.

Posto isso, acolho o pedido inicial para, realizada a apreensão dos documentos mencionados e depositados em cartório aos autores, mediante termo de entrega devidamente assinado e discriminado, julgando extinto o feito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Condeno as requeridas nas custas e despesas processuais, mais honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00, diante da falta de complexidade da causa.

Oportunamente, archive-se.

São Carlos, 29 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**